



# **A TRADUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO LIÇÕES DE GEOGRAFIA PELO ABADE GAULTIER NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA CULTURA FRANCESA**

---

**Maria Adailza Martins de Albuquerque**

*Centro de Educação*

*Universidade Federal da Paraíba*

## **Resumo**

O objetivo deste texto é discutir a tradução do livro didático Lições de Geographia de Abade Gaultier no contexto de expansão econômica europeia, em especial a francesa, via o desenvolvimento de um projeto cultural voltado para o mercado consumidor de livros luso-brasileiro. No texto apresentamos considerações resultantes da primeira fase da pesquisa de pós-doutorado, financiada pela Capes e realizada no IGOT – Universidade de Lisboa – Portugal. Este teve como principal objetivo analisar a emergência de conteúdos de Geografia acerca do Brasil nos livros didáticos que circularam no século XIX na França, em Portugal e no Brasil, em especial o livro citado.

**Palavras-Chave:** Geografia escolar. Livro didático. Autor. Tradução.

## ***TRADUCTION DU LIVRE ENSEIGNEMENT LEÇONS DE LA GÉOGRAPHIE Abbot GAULTIER DANS LE CONTEXTE DE L'EXPANSION DE LA CULTURE FRANÇAISE***

---

## **Resumé**

Le but de cet article est de discuter la traduction des manuels « Leçons de Géographie par L'Abbé Gaultier » dans le contexte de l'expansion économique européenne, en particulier en France, par le développement d'un projet culturel destiné au marché des consommateurs pour les livres luso-brésiliens. Dans le texte, des considérations actuelles sont présentées résultant de la première phase de recherche post-doctorale menée en IGOT - Université de Lisbonne - Portugal. Celle-ci visait à analyser l'émergence de contenus de la géographie au Brésil dans les manuels qui ont circulé au XIXe siècle en France, au Portugal et au Brésil, en particulier le livre cité.

**Mots-clés:** La géographie scolaire. Manuel. Auteur. Traduction.

## INTRODUÇÃO

O texto que ora apresentamos compõem as considerações iniciais de uma pesquisa de pós-doutoramento denominada A emergência de conteúdos de Geografia acerca do Brasil nos livros didáticos que circularam no século XIX na França, em Portugal e no Brasil: *Lições de Geographia* de Abbade Gaultier. Esta investigação foi financiada pela agência brasileira de fomento à pesquisa Capacitação de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, foi desenvolvida no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - IGOT, na Universidade de Lisboa - UL, em Portugal, entre 2014 e 2015. Ela é parte de um projeto maior por nós coordenamos junto ao Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – GPES da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e que visa discutir a história da Geografia escolar no Brasil. O objetivo deste texto é discutir a tradução de um livro didático no contexto de expansão econômica europeia, em especial a francesa, via o desenvolvimento de um projeto cultural voltado para o mercado de livros luso-brasileiro.

No século XIX os livros didáticos utilizados para educar a “mocidade” (crianças e jovens) brasileira eram obras escritas em outros idiomas; algumas traduzidas para o português e; após a implantação da Imprensa Régia, em 1809, um grande número de obras nacionais, influenciadas pela literatura didática europeia.

Fazendo um levantamento bibliográfico sobre o tema tradução de livros didáticos observamos um número considerável de pesquisas que discorrem direta ou indiretamente sobre uma ou mais obras traduzidas (FARIAS FILHO, 2002; VIEIRA, 2009; BASTOS, 2008; SENA, 2010; BITENCOURT, 2016). Os dois primeiros trabalhos nos chamaram a atenção, tendo em vista a análise contextualizada da publicação dos livros a que se dedicam e o papel dos tradutores no contexto abordado. O primeiro texto, escrito por Farias Filho analisa o livro *Primeira Lições de Coisas*, manual de ensino elementar, para uso dos pais e professores, de Norman Allison Calkins, traduzido em 1881 e publicado no Brasil, em 1886, por Rui Barbosa. No segundo texto Cleber Santos Vieira analisa a tradução do livro *Manual de Instrução Cívica*, de Numa Droz, publicado no Brasil em 1891, por Domingos Nogueira Jaguaribe Filho.

Nos dois trabalhos o contexto social do qual emergia a tradução e o tradutor são de fundamental importância para compreendermos as relações estabelecidas entre os setores interessados na publicação de uma obra. Nesses trabalhos o que mais nos chama atenção é a importância do contexto histórico no qual viveram os tradutores, suas relações com a cultura, a política e a economia. Esses trabalhos nos levam a afirmar que para compreender uma tradução de livro didático é necessário debulhar o contexto em que ela foi publicada.

Como para outras disciplinas escolares os livros didáticos de Geografia traduzidos para o português circularam no Brasil especialmente no século XIX. Neste texto analisaremos a tradução de um desses livros, o *Lições de Geographia* pelo Abade Gaultier, publicado originalmente na França, entre os anos de 1789 e 1820 e publicado em português pela primeira vez em Paris, no ano de 1838. Supomos que o tradutor deste livro tenha sido José Inácio Roquete, porém ter o seu nome impresso na capa não é garantia dele ter cumprido esta função na obra. Para este trabalho recorreremos a ideia da tradução como negócio discutida por Farias Filho

(2002), porém como um negócio no sentido mais amplo, um projeto de expansão econômica que se dá via cultura.

Para contextualizar a publicação do livro *Lições de Geographia* pelo Abade Gaultier é necessário trazer à tona uma questão: em geral as análises sobre a educação brasileira no século XIX, discorrem sobre uma influência europeia nos projetos educacionais brasileiros. Segundo boa parte das análises os modelos de educação especialmente da França, mas também da Alemanha, entre outros países, nos serviram de referência.

Nesse contexto os livros didáticos de Geografia que circulavam no Brasil ao longo do século XIX, como aqueles destinados a outras disciplinas escolares, estavam direta ou indiretamente vinculados aos livros dessa natureza publicados na Europa. Para Bittencourt (2016, p. 117), os estrangeiros eram os nossos modelos:

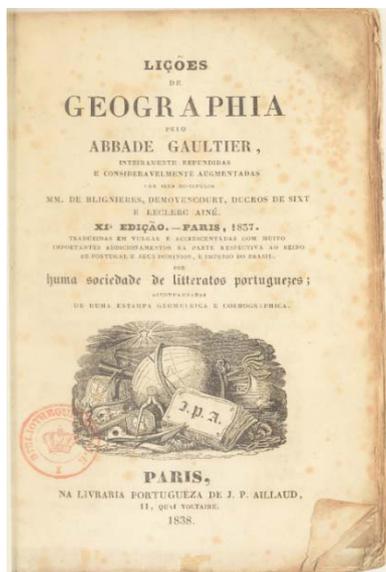
Em um primeiro momento da produção didática no Brasil, período em que se criavam academias e colégios (ou liceus) de nível secundário em algumas capitais das províncias e nas capital do Império, além do surgimento de pequenas e esparsas “escolas para ler, escrever e contar”, livros portugueses, traduções e adaptações de obras escolares francesas, seguidas em menor número de alemães e inglesas constituíram-se como modelos para uma produção didática para atender a um público escolar ainda escasso. Programas curriculares e livros escolares se articulavam no processo de constituição de uma educação escolar que se delineava por intermédio do Estado e sob a vigilância da Igreja Católica.

Este argumento é o ponto de partida para o debate que traremos neste texto. A nossa intenção é trazer um outro olhar sobre esta influência, ou seja, argumentar que havia mesmo uma “dependência” do Brasil para com a Europa – que não pode ser negada – seja ela do ponto de vista político, econômico, cultural e educacional. Esta desencadeada pelos interesses políticos, financeiros e culturais daqueles países com relação ao Brasil e, de forma mais ampla, com relação aos países de língua portuguesa e com aval de uma elite nacional que também se beneficiava daquele projeto. A nossa ideia central é mostrar, a partir da tradução do livro de Gaultier, que havia um projeto francês de difusão da sua cultura voltado para o mundo de língua portuguesa e este projeto incluía a tradução de livros didáticos. Assim, a nossa “dependência” ou influência era parte de um projeto econômico liberal maior que se dava, além de outros meios, via cultura. Além de tudo, não podemos esquecer as contradições que se evidenciam neste período.

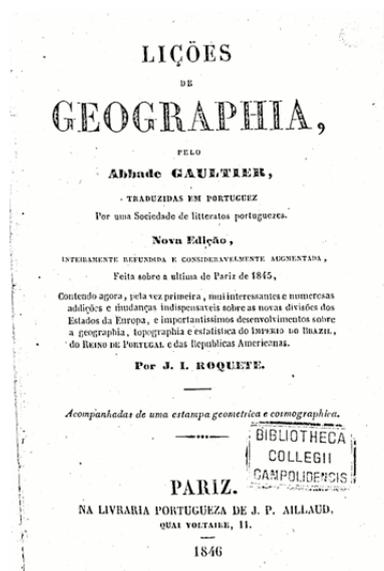
### **A tradução em meio a um projeto de expansão cultural**

Na primeira edição portuguesa do livro *Lições de Geografia, pelo Abbade Gaultier* publicado em Paris, na Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, em 1838, a tradução foi feita por uma *Sociedade de Litteratos Portuguezes*, este grupo é assim definido sem fazer referências aos nomes das pessoas que a compõe ou de instituições as quais estejam vinculadas<sup>1</sup>. Já na segunda edição, datada de 1846, e publicada pela mesma editora, o livro continuou apresentando, na capa, a mesma sociedade

como tradutores. No entanto, pela primeira vez, foi impresso na capa com destaque, o nome de José Inácio Roquete, que permaneceu em todas as edições futuras, até o último cartel do século XIX, como se pode ver nas imagens a seguir.



**Fig 1** - Contracapa do livro *Lições de Geografia* pelo Abade Gaultier, 1838. Fonte: <http://gallica.bnf.fr/Bibliothèque nationale de France>.



**Fig. 2.** Folha de rosto do livro: *Lições de Geographia*, pelo Abade Gaultier, 1846. Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa – Portugal.

Uma primeira questão com relação ao papel dos sujeitos envolvidos com esse livro nos chama atenção na comparação entre o original e a tradução. Na edição francesa de 1831, feita após a morte do autor, os discípulos de Gaultier (Blignièeres, Demoyencourt, Ducros e Le Clerc) assumiram a autoria do livro, imprimindo seus nomes na capa e informando ainda tal fato no prefácio da obra. Diferentemente desta posição, José Inácio Roquete, ao imprimir seu nome na segunda edição do livro traduzido para o português, não disse efetivamente qual era a sua função na obra. No entanto, assinou o prefácio como editor, o que leva o leitor a compreender que esse passa a ser o seu papel a partir daquela edição<sup>ii</sup>.

Este fato apesar de parecer de fácil conclusão, não pode ser definido como tal, com apenas um documento. Nas suas biografias consultadas, por exemplo, o mesmo aparece como tradutor dessa obra. Outro fato chama atenção, na capa do livro é possível observar, em todas as edições consultadas, a permanência da *Sociedade de Literatos Portuguezes* como tradutores. Há aqui um impasse típico das edições do século XIX, nas quais as figuras hoje definidas como editor, tradutor, entre outras funções editoriais eram pouco definidas (CHARTIER, 1998).

Diante dessas questões fomos levados a investigar a vida de Roquete Inácio Roquete. Buscamos identifica-lo no mundo editorial luso-franco-brasileiro, no século XIX e conhecer as funções que ele exercia junto à editora Aillaud, na qual publicou todas as suas obras e, mais especificamente, a obra que estamos estudando.

Encontramos no Brasil alguns estudos sobre as obras didáticas traduzidas ou elaboradas por José Inácio Roquete, porém tais estudos não fazem referências às

suas posições políticas e ideológicas (RAZZINI, 2010; SENNA, 2010; LIMA, 2013; BITTENCOURT, 2008). Aliás, não existem estudos específicos sobre esse sujeito nem mesmo em Portugal, que nos parece não ter sido um intelectual de destaque no século XIX luso-brasileiro, mas que teve importante papel junto ao mundo editorial e a formação escolar das crianças em Portugal e no Brasil.

Após a leitura das referências e a catalogação de suas obras na Biblioteca Nacional de Lisboa, passamos a inferir que Roquete não era apenas um tradutor de um livro, mas sim um sujeito envolvido com um projeto maior de publicações lusófonas em Paris. Vitor Ramos (1972) refere-se duas vezes a Roquete em publicação que cataloga toda a edição de língua portuguesa na França, entre os anos de 1800 e 1850, passando pelas publicações portuguesas e brasileiras, destacando o contexto de conflitos entre liberais e miguelistas.

Observamos que José Inácio Roquete se destacou como figura ligada ao livro em um grande projeto econômico francês que se dava via cultura e que incluía a expansão das editoras para um mercado de língua portuguesa que se formava em Portugal e no Brasil (RAMOS, 1972). A nossa hipótese é que tanto era de interesse da França divulgar a sua cultura, quanto das editoras expandirem o seu mercado consumidor. Outros elementos ainda devem ser considerados, a ideia da cultura francesa como referência, vista tanto no Brasil quanto em Portugal; o atraso tecnológico luso-brasileiro; a falta de papel para a impressão no Brasil, entre outros fatores que levaram este projeto a ser efetivamente executado. Assim, entendemos que a ideia que temos da França como um modelo, acontece tanto por ausência de um projeto brasileiro de educação, mas também no bojo de um projeto liberal maior, do qual a França vai executar o seu papel a partir da cultura e, evidentemente via economia. É nesse contexto que discutiremos a figura de José Inácio Roquete.

### **Um tradutor conservador em meio a um contexto liberal – contradições de um grande projeto**

José Inácio Roquete iniciou as suas atividades editoriais na França. Logo em um primeiro momento foi encarregado de uma *Comissão de Litteratos* que coadjuvou um trabalho assinado por Visconde de Santarém (SILVA, 1862). Diante destas informações acreditamos que havia uma possibilidade desta comissão ser a mesma que fez a tradução do livro de Gaultier para o português, de modo que Roquete cumpria outros papéis, uma espécie de organizador, tradutor/ adaptador e também editor da obra que ora analisamos.

Esta opção passou a se configurar para nós após termos encontrado referências de sua atuação no mundo editorial, como filólogo, glossarista, tradutor, 'coca-bichinhos', copista e autor de manuais escolares (SILVA, 1862; SANTARÉM, 1919; MEDINA, 1972; RAMOS, 1972; MENDES, 2011, NÓVOA, 2003). São muitas referências sobre um homem pouco estudado, visto por alguns pesquisadores com desdém (MEDINA, 1972), tendo em vista sua posição política conservadora (miguelista) e o que esta representou para o atraso de Portugal.

Roquete mantinha fortes relações com a classe dominante brasileira, tendo inúmeros livros didáticos que circularam no país, inclusive livro adotado no Imperial Colégio Pedro II. Mas quem foi José Inácio Roquete? Que papel cumpriu

junto ao mundo editorial? E quais eram as suas relações políticas, culturais, religiosas em um Portugal, que passava no início do século XIX, por conflitos políticos que marcaram o país para sempre, tanto pelo seu atraso, com o miguelismo, quanto pela sua modernização com a queda deste e a ascensão ao poder liberal? É neste contexto que viveu este sujeito e que empreendeu o seu trabalho, incorporando sua visão de mundo às suas publicações, mas tendo que se posicionar frente às transformações porque passava o mundo no século XIX.

José Inácio Roquete nasceu em 1801, em Alcabideche, Cascais, Portugal e faleceu em Santarém, Portugal, no ano de 1870. Era filho de António Santos Roquete, proprietário, lavrador e capitão de ordenanças, além de ter sido vereador por várias magistraturas do município de Cascais. Roquete seguiu a carreira eclesiástica, dando entrada em 1821, no Convento de Santo António de Estoril, onde tomou ordem do clérigo secular, assumindo o nome de Frei José de Nossa Senhora do Cabo Roquete (NÓVOA, 2003). Em 1825, concluiu o curso de Filosofia e foi ordenado franciscano em 1830; em pleno reinado de D. Miguel (1828 - 1834) foi nomeado pregador régio da Santa Igreja Patriarcal. Nesse período viveu em vários seminários portugueses como o de Estoril e Xabregas, nas imediações de Lisboa e, nos de Campo Maior e Portalegre, localizados na região do Alentejo, como afirma Silva (1862. p. 373, V. IV):

Nos conventos de Campo-maior e Portalegre concluiu em 1825, o curso triennial de philosophia e depois no de Xabregas, cabeça da provincia, o de theologia dogmatica e moral, em que por duas vezes defendeu conclusões magnas, sendo d'ahi a pouco eleito em recompensa de sua applicação Lente substituto da cadeira d'Esriptura Sagrada no mesmo Convento, e em 1831 Lente effectivo, mediante concurso e opposição publica; cujas funcções desempenhou até 1833 cumulativamente com as de Secretario da provincia.

Como ocorreu com outras pessoas que tiveram vínculo com o miguelismo<sup>iii</sup>, quando da entrada das tropas liberais em Lisboa em 1833, José Inácio Roquete foi preso, mas logo solto, por não ter cometido crimes políticos além de professar apoio ao rei deposto. Em seguida buscou refúgio na região do Alentejo, último reduto miguelista em Portugal, onde morava o seu pai (NÓVOA, 2003) e onde permaneceu até o fim da Guerra Civil (1834), vivendo em Extremoz e em Monforte.

Diante dos acontecimentos e das perseguições aos conservadores pelos liberais, Roquete fugiu para Inglaterra em 1834, após se apresentar às autoridades diplomáticas portuguesas naquele país, assinou um documento declarando que não se envolveria em assuntos referentes à guerra civil portuguesa que acabara, e finalmente se refugiou na França, para onde outros miguelistas também tinham ido. A fuga de Roquete se deu juntamente com miguelistas ilustres, tais como os Duques de Cadaval e Lafões e com o bispo de Viseu (SILVA, 1862). Não conseguimos encontrar relações mais estreitas entre estes senhores, que compunham a elite política moderada do reinado de D. Miguel e José Inácio Roquete.

Antes deste grupo miguelista a França já havia sido destino de inúmeros imigrantes portugueses, exilados por motivos políticos. Nos anos de 1820 os liberais ao se verem perseguidos pelos miguelistas, seguiram levas para aquele país, onde se aproximariam ainda mais das ideias liberais. Segundo Medina (1972, p. 1), “[...] a diáspora portuguesa liberal ocorreu entre os anos de 1820 e 1834, e foi em Paris, que ocorre o segundo grande palco dos dramas internos portugueses, já que ali se representa uma cena capital e dolorosa da diáspora liberal”, mas aí se forjaram os novos intelectuais que, após passadas a guerra civil, retornam a seu país para reconstruir o Portugal moderno. Neste novo país não havia mais lugar para os miguelistas, e é exatamente fugindo desses novos governantes e dessa nova elite liberal, que José Inácio Roquete fugiu para França. Medina (1972) ao resenhar a obra de Vítor Ramos (1972), se remete a José Inácio e ao Visconde de Santarém com desdém, mostrando a sua pouca simpatia a estes senhores e ao que eles representavam para o país, o miguelismo e o atraso português.

No inventário das publicações luso-brasileiras em terras francesas, elaborado por Vítor Ramos (1972) consta um catálogo de mais de 550 obras, dentre elas traduções, publicações de intelectuais lusitanos e brasileiros que tinham vivido em Paris, além é evidente, daqueles livros enviados à Paris de Portugal ou do Brasil para ali serem publicados. Neste catálogo ele identifica desde livros literários, políticos, passando por obras de cunho científico e também os destinados às escolas, ou seja, os dicionários e os livros didáticos. Nesse trabalho Ramos não aponta nenhuma crítica a José Inácio Roquete, como o fez Medina (1972), apenas o descreve como autor e tradutor de livros escolares e religiosos, advertindo ainda o seu papel na divulgação da literatura estrangeira em Portugal.

De acordo com Silva (1862), ao chegar à Paris, Roquete assumiu a função de sacerdote no bairro de S. Germano, onde os seus ganhos não eram suficientes para cobrir as suas despesas. Diante disso, envolveu-se com a tradução e publicação de manuais escolares para sobreviver. Ai viveu até o ano de 1858, quando retornou a Portugal, a convite de D. Guilherme I, Cardeal Patriarca de Lisboa que se propunha a restaurar alguns seminários patriarcais, para onde convidou-o a fazer parte do corpo docente.

É importante destacar aqui a posição política conservadora, que motivou a emigração de Roquete e que foi destacada por Nunes (2001) ao analisar a edição de 1846, do livro *Lições de Geografia por Abbade Gaultier*. Assim como a sua posição nacionalista, típica dos conservadores, mesmo diante de um contexto liberal no qual vivia na França e que também havia sido estabelecido em Portugal, após a queda de Dom Miguel, em 1834.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontramos 20 obras de José Inácio Roquete, nas quais ele aparece como editor, tradutor ou mesmo como autor, além de algumas referências a ele em publicações recentes brasileiras e portuguesas, que o abordam como autor de livros didáticos (RAZZINI, 2010; SENNA, 2010; MENDES, 2011, LIMA, 2013; BITTENCOURT, 2008). Suas obras são dicionários, manuais de Geografia, de desenho, de eloquência, de orientações, de civilidade, de bons costumes, de educação feminina, enfim, livros didáticos, cívicos e religiosos, entre outros. Também encontramos referências a 37 obras deste autor/editor no Dicionário Bibliográfico Português (SILVA, 1862).

Uma das mais importantes obras na qual esteve envolvido na publicação foi o *Leal Conselheiro* (1854), de Dom Duarte (1391 – 1438), da qual ele foi copista, editor e bancou com seus proventos a publicação (SANTAREM, 1919; SILVA 1862). Buscando valorizar o seu trabalho Roquete convidou para apresentar a obra o Visconde de Santarém (1751 - 1856), intelectual português, historiador, ministro e memorialista (PROTÁSIO, 2003), que tinha composto a comitiva de D. João VI para o Brasil em 1808, onde ficou até 1819. Ao retornar do Brasil à Portugal Santarém apoiou os miguelistas, com a derrota desses, e a conseqüente perseguições e perda de cargos, em especial a função que cumpria na Torre do Tombo, exilou-se em Paris, onde passou a viver até a sua morte, em 1856 (PROTÁSIO, 2006). Neste período conheceu e teve contatos editoriais com José Inácio Roquete, apesar desta relação, segundo o Visconde, não ter sido amigável por muito tempo. Em cartas do Visconde de Santarém ao seu sobrinho, o 8º Conde da Ponte, ele reclama das atividades de editor e copista de J. I. Roquete:

Paris, 22 de Março de 1846 [...] Com efeito o Roquete merece muito açoute, pois não só era o editor do *Leal Conselheiro*, mas de mais copiou o manuscrito, reviu as provas e parece incrível que saltasse um capítulo inteiro. Eu, que apenas li o que ele me mandou por porções, não podia dar com tal lacuna, tanto mais que confiava inteiramente que lhe não escaparia miudeza alguma porque é que é *eplucheur des mots et des virgules*. Quando tal me disseram não queria acreditá-lo! Já lhe dei uma famosa sarabanda e lhe indiquei que era do seu dever publicar os motivos de tal acontecimento, mas ele contentou-se em mandar imprimir o tal capítulo que lá mandou para Lisboa. Eu tinha mais que fazer do que colecionar [cotejar] a cópia com o texto que era obrigação do editor, que passa a sua vida a tratar de filologias e de corrigir as provas das publicações do Aillaud [sic], além de que ele tinha o original em seu poder. Muito menos tenso eu só vi o texto [não o original], não me ocupei de examinar se o numeramento dos capítulos da cópia estavam exactos ou não, tanto mais que o *Leal Conselheiro* é um composto ou agregado de tratadinhos divididos por capítulos em que o autor [D. Duarte] não seguiu ordem metódica, etc. etc. Como quer que seja, não me pilha mais o Padre Roquete. Bem pode publicar todos os manuscritos da Biblioteca [Régia de Paris, hoje Nacional], não hei-de tomar parte com ele em tais publicações» (SANTARÉM, 1919. vol. VII, p. 36-37)<sup>iv</sup>.

Se por um lado o Visconde mostra em correspondência pessoal esta relação conflituosa com Roquete, o mesmo não aparece na introdução feita por este intelectual no livro *Leal Conselheiro*, de Dom Duarte (1854). Como se verifica na transcrição a seguir:

[...] Vinte e dous annos se passarão depois que o publico litterato tivera conhecimento do logar onde existião estas duas obras, e a ninguém lembrou salvá-la do esquecimento em que jazião, restituindo-as á Nação e ao mundo litterario

por meio da estampa. O nobre e bem desinteressado patriotismo do Snr. José Ignacio Roquete veio no fim deste longo período fazer á Nação este importantíssimo serviço; tanto mais digno de apreço, quanto elle é feito á custa de sacrificios verdadeiramente portuguezes, pois esta publicação, feita com admirável luxo e magnificência, é tirada das economias que fizera do fructo dos seus trabalhos litterarios em paiz estranho, não cobrindo as subscrições metade das despezas; e não se satisfazendo com estes sacrificios se deo além disso ao ímprobo trabalho de tirar a copia do Códice com a maior fidelidade, e de enriquecer o texto com numerosas e importantes notas philologicas” (DOM DUARTE, 1854, p. VIII).

A confrontação das duas citações pode indicar que tais conflitos não vieram a público, já que o Visconde elogia o trabalho editorial e o patriotismo de Roquete, na introdução do livro de Dom Duarte, e em carta privada o recrimina, avisando que o mesmo merecia um “açoite” e que já havia lhe dado uma “sarabanda” (SANTARÉM, 1919. vol. VII, p. 36-37), expressões agressivas e que demonstra desavenças entre os dois. Estes conflitos tiveram início após o Visconde ter sido avisado, pelo seu sobrinho e por outros seus interlocutores em Lisboa, da ausência de um capítulo inteiro no livro *Leal Conselheiro* (1854) que levava o seu nome como apresentador da obra: “Preledido d’uma introdução e ilustrado com notas e publicado debaixo dos auspícios do Excellentíssimo Senhor Visconde de Santarém...”. Algumas referências a esse livro, ainda hoje são feitas em nome do Visconde de Santarém, sem que se saiba que José Inácio Roquete também estava por trás dessa publicação.

Esse confronto das mais variadas fontes (biografias, cartas, livros originais, etc.) foi feito por nós com a intenção de descobrir se a relação entre esses sujeitos teria, de alguma maneira influenciado teoricamente Roquete, já que o Visconde era tido como um importante intelectual português no seu tempo, e especialista em questões geográficas (PROTÁSIO, 2003) e viviam fora de seu país motivados pela mesma causa. No entanto esta influência não foi comprovada, mas foi possível compreender que tanto o Visconde de Santarém, quanto Roquete foram portugueses que apesar de terem posicionamentos políticos que se alinhavam aos conservadores em seu país, se viram em um universo liberal, o mundo editorial francês, que os deve ter influenciado consideravelmente.

Ainda é preciso levar em conta outra contradição, o nacionalismo de Roquete, compõem o livro *Lições de Geographia de Abade Gaultier* e foi publicado pelos liberais franceses, como o próprio Aillaud. É assim que as contradições deste período se evidenciam, se por um lado os conservadores se veem alinhados ao mercado capitalista editorial, por outro, os liberais franceses vão imprimir no livro didático de Gaultier as ideias conservadoras de Roquete, comercializá-las e, portanto, difundir-las, mesmo dentro de um projeto maior de difusão da cultura francesa.

Outro ponto também pode ser observado a partir da carta do Visconde ao seu sobrinho, a referência que ele fez as atividades de Roquete junto à editora Aillaud, o mesmo que imprimiu seus livros e traduções. Observamos que das seis edições do livro *Lições de Geographia, pelo Abbade Gaultier*, todas foram

publicadas pela Aillaud, além dessas, José Inácio Roquete publicou, por esta mesma editora, inúmeras obras didáticas e religiosas. Esta editora executou um grande projeto de expansão para os países de língua portuguesa e o Roquete era um dos sujeitos envolvidos neste.

E se por um momento pensamos que o Visconde de Santarém poderia ter, pelo seu prestígio intelectual, mesmo em Paris – sócio correspondente da Academia de la Historia espanhola, sócio da Academia Geografia de Paris –, introduzido Roquete ao mundo editorial, esta possibilidade também não se confirmou, visto que este último já trabalhava como editor para as publicações de Aillaud, antes mesmo da edição do *Leal Conselheiro*. O que se observa é que Roquete é que dá início ao projeto de publicar tal livro, o projeto é dele e não do Visconde, mas interessava ao primeiro imprimir o nome do ilustre historiador na capa do livro, porque traria mais prestígio e reconhecimento para a obra.

Se por um lado Roquete não era uma figura de ponta, um grande intelectual que tenha influenciado ideologicamente à sociedade portuguesa, por outro, ele tinha suas ideias difundidas a partir de suas publicações destinadas à escola ou à sociabilidade das classes dominantes. Segundo Mendes (2011) Roquete ao publicar *Thesouro de Meninas, ou Lições d'uma mãe a sua filha, à cerca dos bons costumes e da religião, autorizadas com admiráveis exemplos de virtude e de piedade* (1852) tornou-se uma referência para a educação de mulheres em Portugal, além desta, Barbosa (2011), Senna (2010), Bittencourt (2008) e Razzini (2010) também se referem a ele como autor lido pela sociedade brasileira, assim como foi citado até como referência de formação dos modos civilizados da classe dominante brasileira por Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* (SENNA, 2010).

Esse autor tornou-se figura ilustre ou nomeadamente conhecida de parte da sociedade imperial brasileira, segundo Bittencourt (2008, p. 84) “[...] Roquete foi outro clérigo muito difundido nos diferentes níveis de escolarização, sendo um dos autores mais conhecidos da segunda metade do século XIX”. Isto pode ser também comprovado a partir de referências encontradas em livros publicados nesse século, um deles destinados a discutir a educação, no caso de José Veríssimo (1985), na obra *A Educação Nacional*, publicado originalmente em 1890, e outro, *o Ateneu*, de Raul Pompeu (1999), publicado originalmente em 1888, além da referência já citada em Gilberto Freyre.

Esses autores fazem referências a Roquete tanto pelas suas publicações adotadas no Colégio Pedro II, pelo livro *Ornamentas da Memória e o Dicionário Portugues* (VERÍSSIMO, 1985; RAZZINI, 2010), quanto pelas obras religiosas adotadas em outras escolas brasileiras, como *Imitação de Cristo* e até os livros destinados às orientações de civilidade. Estes últimos circularam pelo Brasil, em especial nas escolas, mas também fora delas, entre eles o famoso *Código de Bom Tom (Ou regras de civilidades e de Bem Viver no XIX Século)* de 1845, republicado no Brasil, por Lilian Schuwarcz, em 1997. O outro *Código epistolar, ou regras e advertencias para escrever com elegancia toda a sorte de cartas, acompanhadas de modelos sobre todos os assumptos*, de 1846, segundo Barbosa (2011) constitui-se de uma ampliação de um capítulo do livro *Código de Bom Tom*. Outro livro de civilidade que ele publicou foi o *Thesouro de meninas, ou Lições d'uma mãe a sua filha, à cerca dos bons costumes e da religião, autorizadas com admiráveis exemplos de*

*virtudes e de piedade, de 1852*, entre outros, publicados pela Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud.

José Inácio Roquete foi condecorado com títulos brasileiro e português. Assim, no período imperial quando ele era uma referência para a formação de parte da elite letrada brasileira, recebeu o título de *Cavalleiro da Ordem Imperial da Rosa*, conferida pelo Imperador do Brasil em 1847. Segundo Vieira (2009) esta insígnia era conferida somente àqueles com relevante dedicação e fidelidade ao monarca. Segundo Silva (1862, p. 374), para receber tal condecoração José Roquete “[...] precedeu licença do governo portuguez em 29 de novembro do mesmo ano”<sup>v</sup>. Em Portugal foi condecorado com o título de *Cavaleiro da ordem de N. S. da Conceição de Villa-Viçosa*, pelo Rei Dom Fernando, no ano de 1854, insígnia inicialmente religiosa, que vai ao longo do tempo perdendo esta relação e se tornando laica (PORTUGAL, 1904; edição virtual de 2000 – 2010<sup>vi</sup>); além disso, também assumiu o papel de correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, a partir de 1850 (SILVA, 1862; NÓVOA, 2003).

E por fim ainda associando este leque de informações àquelas citadas pelo Visconde de Santarém, e a verificação das inúmeras obras publicadas, acreditamos ser possível confirmar que havia uma relação, quiçá estreita, entre Roquete e o editor Aillaud.

### Algumas considerações

Entendemos que as negociações a respeito dos direitos acerca do livro *Lições de Geografia pelo Abade Gaultier* não podem ser facilmente desvendadas, visto que desde as edições francesas já eram conflituosas. A *Librairie Renouard* tinha os direitos e publicava o livro em francês mesmo após a morte do autor. A partir de 1831, os discípulos de Gaultier reivindicaram a autoria da obra e passam a assumir esta função no livro. Desse modo, as negociações para tradução devem ter contado com um número significativo de sujeitos envolvidos no projeto<sup>vii</sup>.

Quando foi publicada a primeira edição portuguesa, Gaultier já havia falecido e o livro sido reformulado pelos seus discípulos. O número de sujeitos envolvidos na publicação lusitana do livro em tela, torna-se maior do que é comum a um caso como esse, ou seja, o autor ou seu representante, o tradutor e as editoras. Neste caso específico diversos sujeitos e interesses estavam envolvidos nesta edição, direta ou indiretamente, o autor Gaultier (já morto), representado pela *Librairie Renouard*; os discípulos do autor, reformuladores da obra e agora também novos autores, Blignières, Demoyencourt, Ducros (De sixt) e Le Clerc; os tradutores que compunham a Sociedade de Literatos Portugueses; José Inácio Roquete que se torna uma espécie de “editor” da tradução lusófona, além de duas editoras, a *Librairie Renouard*, que tinha os direitos sobre os originais do livro e a *Chez Aillaud*, que publica a tradução para o português.

Comparando as datas de publicações das traduções do livro de Gaultier para o português e aquelas destinadas aos vários países da Europa e da América Latina, pudemos observar que todas elas foram publicadas após a sua morte e, mais especificamente, a partir dos anos de 1830. Esta constatação nos levou a interrogar se isto foi uma ação espontânea, em consequência do reconhecimento da obra de Gaultier fora da França, no contexto de difusão do modelo de

educação francesa para vários países do mundo, ou se foi parte de uma política de expansão editorial da qual fizeram parte as Librairie Renouard e Aillaud junto a outras editoras (HALLEWELL, 2005), ou ainda as duas coisas juntas, um projeto econômico das editoras, juntamente com um projeto de difusão da cultura francesa, como parâmetro para outros países do mundo.

Esta última perspectiva é advogada por Bastos (2008, p. 52) ao afirmar que além de mercantil, a expansão das editoras também era um projeto de difusão da cultura educacional.

Assim, a adoção dos manuais escolares franceses no Brasil e em outros países, faz parte de um projeto de expansão do mercado editorial e livreiro, mas também de universalização de uma cultura escolar identificada com a modernidade.

Há mesmo um debate sobre o papel de editoras como a Aillaud, nesse projeto comercial e cultural, que envolve também a difusão de obras em língua portuguesa, como afirma Diana Cooper-Richet (2009, p. 542):

Certo número de profissionais franceses - livreiros-editores-impressores - investiu na divulgação dos impressos em português, tanto por motivos comerciais, como também intelectuais e de abertura para as culturas do mundo, apesar do incipiente estágio inicial desse mercado. Algumas casas foram muito ativas na área da "biblioteca lusófona", como aquela que Jean-Pierre Aillaud dirigiu.

A partir dos catálogos da Aillaud, a autora supracitada apresenta o número de livros em língua portuguesa (brasileiros e lusitanos), publicados entre as décadas de 1820 e 1870, um período que corresponde exatamente às publicações do livro que ora analisamos. Organizamos estes dados em uma tabela (tabela 2), para que possam ser melhor visualizados:

**Tabela 1:** Publicações de livros da Aillaud (1820 – 1870):

Período	Título do Catálogo	Nº de páginas do catálogo	Número de páginas do catálogo ou de livros publicados em português
1820	Supplément au Catalogue de la Librairie Etrangère et Française de Jean-Pierre Aillaud	Dezenas de páginas	Metade do catálogo dedicado a publicações em língua portuguesa
1832	Catalogue général de fonds, d'assortiment et en commission	66 páginas	2 páginas dedicado a publicações em língua portuguesa (30 títulos em português)

1835	Catálogo	30 páginas	3 páginas dedicado a publicações em língua portuguesa (30 títulos em português)
1842	Catalogue à un rabais extraordinaire, organizado por seções:		Livros Portugueses 4 pp. Livros publicados pela Academia Real de Ciências de Lisboa 2 pp. Livros de Sylvestre Pinheiro Ferreira 2 pp. Livros clássicos adotados nas escolas de Portugal e do Brasil 2 pp.
1844	Catalogo dos livros portugueses e latinos		20 páginas
1846	Catálogo organizado por seções	32 páginas	Livros de Fundos 14 pp. Livros Latinos adotados para as aulas de Portugal e do Brasil. Impressos em Paris 2 pp. Livros portugueses publicados em Paris 5 pp. Livros Portugueses publicados em Portugal 2 pp.
1860 a 1870			50 e 70 páginas

Fonte: Dados coletados a partir de Diana Cooper-Richet (2009, p. 543/544).

É exatamente nesse quadro de publicações que se inscreve a tradução do livro *Lições de Geografia pelo Abade Gaultier*, visto que a sua primeira edição é de 1838, exatamente no período que a Chez Aillaud resolve dirigir seus investimentos para este mercado editorial, sendo que esta casa foi, entre as editoras franceses, aquela que mais investiu no mundo lusófono, e é exatamente na década de 1840, que amplia esta produção (COOPER-RICHET, 2009). Não seria mera coincidência o fato do livro ter sido publicado, pela primeira vez em 1838 e o nome de José Inácio Roquete passar a compor a capa do mesmo, a partir de 1846, exatamente no período quando vai se dar esta expansão mercantil. A publicação desta obra se deu no bojo dessa expansão, e representa uma parte do viés de investimentos educacionais de um projeto mais amplo.

E neste processo se insere a figura de José Inácio Roquete, visto em Portugal com más olhos, porém figura ilustrada da sociedade brasileira. Em resumo o que podemos mapear sobre Roquete é que ele tinha uma formação religiosa, se inseriu na carreira do magistério para lecionar disciplinas como Filosofia e Teologia Dogmática e Moral, o que pode tê-lo levado a aprimorar seus estudos

nestes campos. Do ponto de vista político era um conservador que se envolveu com a expansão liberal francesa. E observando o seu leque de publicações concluímos que ele foi fiel aos ideais de uma determinada moral que servira de base para as suas publicações de temas sobre civilidade e também para a Geografia, apoiada em preceitos religiosos e nacionalistas.

Assim, nesse projeto liberal maior, Roquete que é um conservador que se envolve com o mundo liberal francês e foi trabalhar com a difusão de ideias educacionais que não necessariamente se coadunavam com suas posições políticas construídas em Portugal nos anos anteriores a sua emigração. De modo que, apesar da contradição, ele pode ser visto como um ‘conservador liberal’, esta posição não seria exclusiva dele, visto que no Brasil, no mesmo período, haviam outros intelectuais que, não vendo nisto uma contradição, também tinham esta postura, como adverte Saviani (2007) mostrando assim as contradições do projeto liberal no século XIX. Essa contradição, típica desse período, visualizada neste processo, pode justificar sua posição diante do ‘silêncio’ feito ao método de ensino advoga por Gaultier no livro *Lições de Geographia*, ou como adverte Bittencourt (2008) a sua “infidelidade” ao original, quando traduz o livro para o português. Porém este debate é parte de outro texto que em breve publicaremos.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. Camara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856 – 1892). *História da Educação*, ASPHE/Fa/UFPel, Pelotas, v. 12, nº 26, Set./Dez. 2008. p. 39 – 58.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. A arte de adaptar livros no século XIX: o novo secretário português ou o Código Epistolar, por J. I. Roquete. *Revista de História e Estudos Culturais*, V. 8, Ano VIII, nº 2, pp.1 – 16, mai./Ago. 2011. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo\\_1\\_Socorro\\_de\\_Fatima\\_P\\_Barbosa.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_1_Socorro_de_Fatima_P_Barbosa.pdf) Acesso em: 21 abr./ 2014.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810 – 1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. História dos livros escolares no Brasil: produção e circulação. In: CASTELANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. *Livro, leitura e leitor* – perspectiva histórica. São Luiz – MA: EDUFMA, 2016. PP. 115 – 138.

CHARTIER, R. *A aventura do livro* – do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.  
COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. *Varia História*, Belo Horizonte, V. 25, nº 42, p. 539 – 555, Jul/Dez. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000200009&script=sci_arttext) Acesso em: 09 set./ 2014.

DOM DUARTE. Leal Conselheiro. *Sob o auspício do Visconde de Santarém*. Paris: Aillaud, 1854.

FARIA FILHO, Luciano M. A tradução como negócio: Rui Barbosa, tradutor do livro “Lições de Coisas”, de N. A Calkins. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP, 2002.

LIMA, Djalma Expedito de. Jogo de mestre: *As formas do Lúdico nos romances de Machado de Assis*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2013.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LORENZ, K. Livros norte-americanos de história da educação no Brasil: origem e orientação dos textos do século XIX. Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju, Brasil, nov. 2008 (CD-ROM).

MEDINA, João. Recensão crítica a Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850). Repertório Geral dos Títulos Publicados e Ensaio Crítico', de Vítor Ramos. **Revista Colóquio/Letras**. Recensões Críticas, nº 10, Nov. 1972, pp. 94 - 96. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.361> Acesso: 12 ago./ 21015.

MENDES, Paula Almeida. Itinerários pedagógicos e civilidade cristã na literatura didática feminina em Portugal (séculos XVIII-XIX). **Revista via Spiritus - A educação feminina nos séculos XVI - XIX: entre a Aia e a mestre de noviça 1**. Estudos. Nº 18, 2011, pp.83-112. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10529.pdf> Acesso em: 02 ago./2014.

NUNES, Sergio Claudino Loureiro. **Portugal através dos manuais escolares de Geografia – Século XIX: as imagens intencionais**. (Tese de doutorado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.

\_\_\_\_\_. Portugal continental ou um novo olhar sobre os manuais escolares de Geografia. In: CASTRO, Rui vieira de; *et al.*. **Manuais Escolares: estatuto, função, História – Atas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares**. Guimarães: Universidade do Minho, 1999. pp. 197 - 220.

NÓVOA, António. **Dicionário de educadores portugueses**. Lisboa: Edições Asa, 2003.

\_\_\_\_\_. Do mestre escola ao professor do ensino primário: subsídio da história da profissão docente em Portugal (Séc. XV - XX). *Análise Psicológica*, Vol 3, 1987. pp. 413 - 440. Disponível em: [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987\\_3\\_413.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf) Acesso em: 14 jun./ 2015.

PORTUGAL. Portugal - **Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, numismático**. Vol. V. Lisboa, João Romano, 1904. In. <http://www.arqnet.pt/dicionario/> Acesso: 03 abri./ 2016.

PROTÁSIO. Daniel Estudante. **O 2º visconde de Santarém e a Passagem Noroeste**. Comunicação apresentada a 26 de Junho de 2003 à Comissão de Estudos Corte-Real (Sociedade Geográfica de Lisboa). p. 1 - 16.

\_\_\_\_\_. Catálogo: Tábua bibliográfica do 2º Visconde de Santarém. In: PROTÁSIO. Daniel Estudante. **O 2º Visconde de Santarém e a história da cartografia**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

RAMOS, Vítor. **A edição de língua portuguesa em França (1800 - 1850)**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, V. 4, jan./jun. 2010. p. 43-58. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/view/214> Acesso: 21 de fev./ 2015.

SANTARÉM, Visconde de. **Correspondência do Visconde de Santarém, coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins** (Academia de Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém. 8 Vols. Vol. VII. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.

SENNA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e Código de Bom-Tom nas escolas brasileiras. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, n 37, p.253 - 265, mar. 2010.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

VEIRA, Cleber Santos. A tradução como ato político: Dr. Domingos Jaguaribe e o manual de Instrução Cívica, de Numa Droz. *Revista de História*, 161, 2º Semestre, 2009. PP. 165 – 189.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3ª ed. (1ª ed. 1890) Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

---

<sup>i</sup> Encontramos em Silva (1862, 374), quando escreve sobre José Inácio Roquete, uma referência a uma dada comissão literária coordenada por Roquete e que “coadjuvou eficazmente o Visconde de Santarém” em seus trabalhos realizados em Paris. Entretanto, não há referência a outros participantes dessa comissão, podendo mesmo ser um eufemismo do seu biógrafo ao se referir ao grupo que ajudava ao Visconde em seus trabalhos. Na primeira edição lusitana do livro de Gaultier (1838), este mesmo grupo faz uma referência a outro livro por eles traduzido/adaptado para o português, *Um tratado de Geografia Universal* baseado da obra de Adriano Balbi que também acompanha um Atlas desse autor.

<sup>ii</sup> Sabemos a partir de Chartier (1998) que a definição das funções no mundo editorial no século XIX ainda estavam se estabelecendo, de modo que mesmo autoria e direitos autorais era ainda um processo em construção. Isto não significa dizer que autores e tradutores de livros não recebessem direitos autorais ou outras formas de pagamento.

<sup>iii</sup> Miguelismo - corrente conservadora e absolutista da sociedade portuguesa que, nos anos 20 do século XIX, apoiava D. Miguel, rei de Portugal entre 1828 e 1834. Entre os miguelistas e liberais (liderados pelo rei D. Pedro IV, imperador D. Pedro I do Brasil) desencadeou-se uma guerra civil, ganha pelos últimos e que terminou com o abandono definitivo do país por D. Miguel e com o exílio no estrangeiro de muitos dos seus apoiantes.

<sup>iv</sup> Sobre esta relação pudemos contar com a cordial ajuda do Dr.º Daniel Estudante Protásio, que cordialmente ao receber um e-mail nosso, solicitando orientações de leitura para compreendermos a relação entre o José Inácio Roquete e o Visconde de Santarém, o qual ele é especialista, nos foi muito solícito e prontamente nos indicou passagens e livros nos quais pudéssemos encontrar vestígios desta relação.

<sup>v</sup> Não tivemos acesso a dados que possam comprovar a vinda ao Brasil de José Inácio Roquete para receber tal condecoração.

<sup>vi</sup> A edição que consultamos foi a virtual publicada entre os anos de 2000 e 2010.

<sup>vii</sup> Esta obra foi traduzida para outros idiomas no mesmo período em que o foi para o português.

Contato com o autor: [dadamartins@hotmail.com](mailto:dadamartins@hotmail.com)

Recebido em: 10/05/2016

Aprovado em: 08/08/2016